

EDITORIAL

DESTRUIÇÕES DA ARQUITETURA: FRAGILIDADES PATRIMONIAIS EM TEMPOS DE CRISE

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p5>

O ano era 2020 e estávamos em meio à pandemia da covid-19. Reclusos em casa, com atividades de trabalho remotas, sem perspectiva de vacinas e com um governo negacionista, fomos também atingidos pela força dos movimentos sociais que clamavam pela memória. O brutal assassinato de George Floyd nos Estados Unidos repercutiu em movimentos de veementes críticas aos monumentos celebratórios da história oficial. O tema da memória emergiu no debate público, possivelmente também mobilizado pelas trágicas perdas humanas em escala avassaladora e tantas inseguranças de futuro.

No contexto nacional, a destruição do patrimônio cultural estava em curso, também, por políticas de desmonte institucional dos órgãos de preservação. O fim do Ministério da Cultura, transformado em Secretaria, fez com que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional perdesse orçamento e força política. “Passando a boiada”, os incômodos da preservação eram retirados de acordo com conveniências e interesses diversos. Em nível estadual e municipal, os relatos não eram mais animadores. Particularmente no estado de São Paulo, os Conselhos Estaduais¹ e Municipais estavam organizados como conselhos de governo, servindo aos interesses das políticas locais, articulados a perspectivas econômicas

¹ Naquele momento, vivenciei o desmonte dos conselhos paulistas como conselheira suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Conpresp, na cadeira de Eneida de Almeida, e vinda de uma complexa representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no Condephaat, com retrocessos de toda ordem. Agradeço ao Grupo de Patrimônio Cultural do IAB-SP pela confiança e interlocuções.

e de transformação urbana, e pelas políticas públicas do patrimônio, confrontadas pelos movimentos sociais em luta por seu patrimônio.

Se a realidade das transformações e destruições do patrimônio não é nova, investiu-se de maior dramaticidade em anos recentes com desastres, demolições e políticas de patrimônio que causaram perdas e traumas importantes. Desde há muito que o pressuposto da necessidade de futuro, do novo como prerrogativa, impera nas políticas urbanas. Do Morro do Castelo e Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, para citar casos vastamente conhecidos, aos processos de verticalização e modernização de nossos centros urbanos em meados do século XX, as mudanças são prerrogativa de políticas urbanas. O senso comum de uma sociedade sem memória, porém, é confrontado pelos movimentos sociais que reclamam espaços, lugares e práticas sociais desde os anos 1980, retornando com força nas primeiras décadas do século XX. Em anos mais recentes, a força da apropriação social tem se confrontado de modo importante com os sentidos patrimoniais, entendidos como ação, memória e identidade.

Afetos, emoções e tristezas foram vivenciados em tragédias patrimoniais e ambientais que vivemos nos anos imediatamente anteriores à covid-19. O fogo que ardeu no Museu Nacional no Rio de Janeiro e a lama que inundou Mariana e Brumadinho, foram crimes que colocaram na berlinda os sentidos e sentimentos que os lugares podem provocar. Para Daniel Fabre, as emoções patrimoniais são estrato fundamental para pensar as valorações e vínculos que as pessoas estabelecem com o patrimônio. O olhar aproximado, os sentidos do cotidiano, das histórias vividas e dos apegos simbólicos, levam a novas apropriações que extrapolam os saberes técnicos.

Pensar os valores, afetos e lutos no campo do patrimônio foi semente que germinou numa disciplina optativa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo intitulada “Áreas Centrais e Cidades Históricas: temas de patrimônio urbano”, em que convidados foram instigados a apresentar suas pesquisas sobre o tema. Mais do que o lamento, os debates trazidos pelos palestrantes na ocasião mostraram o verso das destruições que está na reconstrução, luta e novos sentidos ao que resta.

A discussão sobre as transformações patrimoniais, enquanto

vivíamos a crise sanitária, expandiu-se como tema com a nova gestão do Centro de Preservação Cultural da USP - Casa de Dona Yayá — do qual tornei-me diretora, junto com Simone Scifoni, como vice-diretora (sucedida por Joana Mello), em maio de 2022. A abertura da Casa para os visitantes e a retomada dos trabalhos presenciais no CPC USP, no coração do Bixiga, bairro tombado de São Paulo, implicou em muitos desafios para a equipe. Os percalços da gestão material e memorial estavam postos na manutenção física da casa e dos jardins de Dona Yayá – afetada pelos tempos sem usuários – e nos sentidos dados à vida de Sebastiana Mello Freire pela nova exposição, *Yayá – cotidiano, feminismo, doença, riqueza*². O drama da vida pessoal da Yayá, diagnosticada com transtornos mentais e reclusa em sua casa durante 40 anos, a necessidade de entender o seu lugar e a construção de significados pela USP como patrimônio cultural foram foco dos primeiros diálogos sobre a casa. Organizamos a série de debates Ciclo Yayá entorno dos temas da exposição, em que especialistas e estudiosos se debruçaram sobre os sentidos variados desta casa que se salvou da destruição por força de uma ação institucional que nos legou este patrimônio cultural de valência tão elevada.

FIGURA 1

Seminário:
Destruições/
Construções:
fragilidades, ameaças
e ressignificações
do patrimônio
cultural no Centro
de Preservação
Cultural da USP
- Casa de Dona
Yayá. Fotografia:
Flávia Brito do
Nascimento, 2022.



2 A exposição, realizada pela equipe do CPC USP durante a gestão de Martha Marandino e Simone Scifoni, teve como foco a constituição da equipe do Educativo e a pesquisa sobre Yayá.

Para além do espaço doméstico e institucional de Yayá no Bixiga, onde se localiza o bem imóvel tombado, a memória e a herança negra passaram a ser tema de luta social. Os movimentos sociais do bairro impactados pelos achados arqueológicos do Quilombo Saracura nas escavações do metrô em junho de 2022, se levantaram por essa memória. Camadas de vestígios submersos foram objeto de prospecção física e simbólica pelos grupos sociais do bairro e faziam eloquentes o Bixiga negro, a sua memória e suas reivindicações de permanência. Tão perto de nós, os movimentos Salve Saracura e Saracura Vai-Vai eram necessários para dar novos passos na discussão sobre as políticas patrimoniais pelo órgão. O evento Encontro pelo Saracura: Memória Negra no Bixiga (Figura 2 e 3), realizado em setembro 2022, reuniu pesquisadores, artistas e moradores do bairro que iniciavam os movimentos pela memória destes vestígios arqueológicos.

FIGURA 2

Evento "Encontro pelo Saracura: Memória Negra no Bixiga", organizado pelo CPC-USP, Movimento Mobiliza Saracura Vai-Vai e Salve Saracura. Projeção do artista Bretas. Fotografia: Flávia Brito do Nascimento, 2022

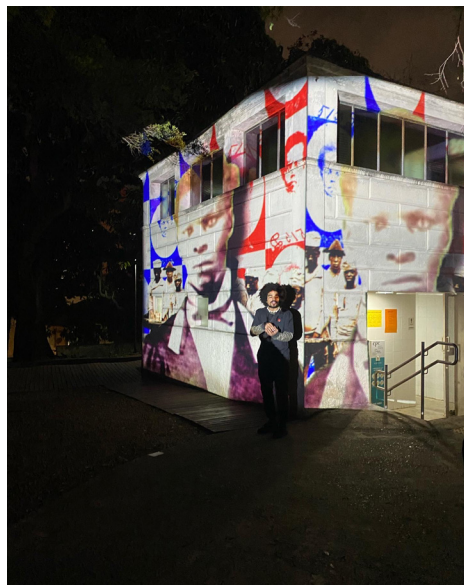


FIGURA 3

Apresentação do grupo do Mestre Ananais. Fotografia: Flávia Brito do Nascimento, 2022.



Nestes cenários de salvamentos, destruições e reconstruções dos valores da casa e do bairro, a força do tema das destruições e reconstruções foi evidente. O que havia sido um debate em sala de aula em formato remoto, ganhou contornos de um Seminário Destruições/construções:

fragilidades, ameaças e ressignificações do patrimônio. O momento era de esperar, com os pés na realidade da luta, na expectativa de pactuarmos os compromissos de transformação social que o momento político também exigia. A Universidade de São Paulo, resistindo como espaço público e de diálogo, para que pudesse continuar existindo. Os artigos aqui reunidos são resultado das discussões sobre o Seminário, ampliados com as discussões do evento (Figura 3).

Os artigos deste Dossiê têm como foco as dramáticas destruições do patrimônio cultural provocadas nas últimas décadas por desastres ambientais, falta de conservação e/ou dificuldades das políticas públicas que colocaram em questão as estratégias e prioridades da gestão de bens culturais. Entre perdas irreparáveis e processos de luto são pactuados novos sentidos para as materialidades que restam, os vazios que ficam e os refazimentos materiais e afetivos. Diante das demolições, somos obrigados a refletir sobre o que resta e o que pode substituir o que se perdeu, os sentidos das ausências, as identidades, afetos e valores mobilizados pelos moradores, gestores e usuários. Constroem-se caminhos de preservação, críticas às políticas vigentes e novas possibilidades de valorização.

O Dossiê traz contribuições de estudiosos de campos disciplinares variados como a arquitetura e urbanismo, antropologia, história, geografia e museologia para debater casos, histórias, lugares e pessoas afetadas pelas destruições ao patrimônio. Os artigos aqui reunidos discutem múltiplas dimensões das perdas e dos significados do patrimônio no país, da gestão aos inventários, das soluções e aos significados, dos afetos e memórias, os vestígios e os fragmentos, e, finalmente as completudes e ausências das novas materialidades após as perdas.

As destruições, finalmente, são contempladas em seu sentido mais amplo, de monumentos ao patrimônio popular, de consagrados a desconsiderados. Pretendeu-se pensar as materialidades (nas dimensões políticas, públicas e privadas), mas também as memórias, as políticas, as estratégias e as substituições, as histórias e a construção de sentidos para as sobreposições materiais e afetivas. Dos vestígios de Pompéia e Herculano no Museu Nacional destruído no Rio de Janeiro, chegando à memória do futebol no Parque do Povo, em São Paulo, a diversidade de materialidades e histórias de resistências é significativa. A destruição do que ainda sequer

teve a chance de se patrimonializar está em casos como o do Museu das Remoções. Já o patrimônio colonial e consagrado, como em São Luiz do Paraitinga e Ouro Preto, não escapou de ser afetado por desastres ditos naturais. Os artigos mostram os problemas de gestão, licenciamentos e articulação interinstitucional de que carecem as nossas políticas de preservação. A legislação urbana e o planejamento, tratados nos artigos, não têm sido exatamente aliados da preservação, gerando impactos de destruição sem precedentes na cidade de São Paulo, como é o caso do Bixiga. Do natural ao construído, o caso de Brumadinho encerra o Dossiê para mostrar que das destruições, fez-se o patrimônio. Como testemunho de luta, do passado difícil, das boas memórias, e do que podemos ainda fazer.

Se em 2022 o tempo era de esperar e repactuar as políticas nacionais em múltiplos sentidos, a publicação desta edição da Revista CPC vem a público em momento não menos dramático. As queimadas e destruições da crise climática em que o Brasil está em chamas, o tempo dos extremos climáticos, impõem outros desafios à sobrevivência de vestígios do passado.

Flávia Brito do Nascimento

Editora